

Saúde não consegue um acordo com sindicatos

Carlos Menandro

Concessão de 5% de triênio, e 4% de produtividade. Esta foi a única questão fechada ontem depois de mais de duas horas de reunião entre o secretário de Saúde, Laércio Valença, e onze sindicatos da área. Insatisfeitas, as categorias reclamam da morosidade nas negociações e esperam que amanhã, em novo encontro obtenham propostas concretas em torno de suas reivindicações comuns. Caso isto não aconteça, pode ser decretada a paralisação das atividades.

Desde o final da greve do movimento unificado de saúde, em junho, as negociações foram iniciadas. As reivindicações comuns englobam a estabilidade creche, transporte, alimentação, triênio, IPC integral, 20% de insalubridade (cortada dos assistentes sociais e nutricionistas), 24 horas semanais para odontólogos e farmacêuticos e 30% para os demais. Depois de duas reuniões adiadas, a de ontem não agradou as categorias e o secretário, por sua vez, admite a existência de problemas, mas diz não ter como solucioná-los.

Ontem, estiveram reunidos os sindicatos dos psicólogos, enfermeiros, farmacêuticos, odontólogos, administradores, assistentes sociais, terapeutas, nutricionistas, motoristas e o Sindicatão, que engloba 72 categorias de nível médio da Fundação Hospitalar. Conforme a presidente do Sindicatão, Sônia Helena Republicana, faltou interesse e poder de decisão ao secretário de Saúde, para que apresentasse propostas positivas. "Estão nos empurrando com a barriga", reclama Luiz Ramos, presidente do Sindicatão dos Farmacêuticos.

Os sindicalistas explicam que o triênio e produtividade prometidos pelo secretário a partir de novembro, com reatrativo referente a 1º de setembro, nada mais é do que a confirmação de uma garantia já apresentada pelo governador José Aparecido, quando do término da greve. "Queríamos 6% de produtividade, que é a média nacional", explica Sônia Helena. Quanto



Valença: "Impossível atender"

às demais reivindicações econômicas, só amanhã serão levantadas novamente. "Infelizmente, este é o mesmo quadro de tantas outras negociações do passado", diz Sônia.

Quanto à creche e vale transporte, eles dizem ter sido colocada a possibilidade de uma comissão paritária estudar o assunto. A estabilidade, admitem, será mais difícil, pois o secretário já de início se mostrou contra. "Ele disse que o chefe deve ter direito de demitir quem quiser", salienta Sônia.

Impossibilidades

Para Laércio Valença, não há como negociar as demais cláusulas econômicas dentro da atual política de governo. Embora reconheça haver discriminações, como a insalubridade, ele diz que é impossível atender todas as reivindicações. Quanto à redução de horário, por exemplo, o secretário explica que a medida pode refletir na redução do atendimento ou contratação de pessoal, estando a segunda opção fora da realidade atual.

No próximo dia 14, após contatos individuais, os sindicatos deverão se reunir em assembléia, para decidir sobre a possibilidade de uma paralisação.